



ENDER, Thomas. *Viagens ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender*. Rio de Janeiro: Petrobrás/BBA/Prefeitura do Rio de Janeiro, 2001.

CIDADE COLONIAL, HISTORIOGRAFIA E REPRESENTAÇÃO: NOTA DE UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO URBANA DE MARIANA, MINAS GERAIS (SÉCULO XVIII)

Tércio Veloso

Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Ligado ao Grupo de Pesquisa *Justiça, Administração e Luta Social*, desenvolve pesquisas sobre as dinâmicas e práticas do espaço urbano nas vilas mineiras do século XVIII.

VELOSO, Tércio. Cidade colonial, historiografia e representação: nota de um estudo sobre a formação urbana de Mariana, Minas Gerais (século XVIII). *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 9, n. 17, p. 145-165, jan./jun. 2015.

ISSN 2237-9126

Recebido em 16/03/2015 e aprovado em 17/06/2015.

Resumo

O presente artigo pretende discorrer sobre a formação das cidades coloniais na América portuguesa. Usando como exemplo paradigmático o caso da cidade de Mariana, erguida no século XVIII, durante o movimento de ocupação do espaço pela mineração do ouro na região central do atual estado de Minas Gerais, e duas representações iconográficas feitas, provavelmente, no século XVIII, o que se buscará é lançar luz ao debate historiográfico, apontando aspectos bastante peculiares da ocupação e formação do espaço urbano daquela povoação. O caso exemplar de Mariana pode ajudar a compreender melhor a forma pela qual os próprios ocupantes da cidade enxergavam o espaço da cidade, mostrando a importância de se interpretar documentos contemporâneos para produzir uma melhor compressão sobre a construção das cidades coloniais. Por isso, intenta-se cruzar o debate historiográfico com as representações iconográficas, com o objetivo de produzir algumas considerações sobre o urbanismo luso-brasileiro do século XVIII.

Palavras-chave: Cidade colonial. História Urbana. América Portuguesa.

Abstract

This article aims to discuss the formation of the colonial cities in Portuguese America. Using the case of the city of Mariana, built in the eighteenth century during the movement of occupation of space by gold mining in the central region of the current state of Minas Gerais, as a paradigmatic example and two iconographic representations, made probably in the eighteenth century, what we will try here is to shed light on the historiographical debate, pointing rather peculiar aspects of urbanism and Portuguese occupation and formation of urban space that village. The exemplary case of Mariana can help to achieve better understand how their own city occupants should see the space of the city, showing the importance of interpreting contemporary documents to produce better compression about the construction of colonial cities. Therefore, attempts to cross the historiographical debate with the iconographic representations in order to produce some considerations on the Luso-Brazilian urbanism of the eighteenth century.

Keywords: Colonial city. Urban History. Portuguese America.

O debate historiográfico sobre a cidade da América Portuguesa: do “desleixo” ao desenvolvimento “orgânico”

Os estudos acerca da cidade colonial no Brasil foram fortemente influenciados pela clássica metáfora buarqueana do *Semeador e do Ladrilhador*¹, estabelecendo como característica principal o completo desarranjo em que se ergueram as vilas, onde a rotina se opunha a razão prática, ou seja, preferiam agir por experiências sucessivas a traçar um plano e segui-lo até o final. Muitos trabalhos, tanto nacionais como em língua inglesa, a citar os de Sylvio de Vasconcellos (2004), Paulo Santos (2001) e Roberta Marx Delson (1997), se fundamentaram levando adiante essa marca de desleixo e espontaneidade.

Porém, Paulo Santos alertou para a possibilidade de estudo “tridimensional” para além dos mapas e planos dessas cidades. Estudos que deviam superar a análise bidimensional para a qual os conceitos de regularidade e irregularidade são de suma importância. Para além disso, deveria se alertar para o fato de que essas cidades eram coerentes com os “meios de transportes” e o “sistema de vida aconchegado” que ali se desenvolvia, e ainda ressalta, par e passo com Sylvio de Vasconcellos, as belezas artísticas das cidades irregulares, ressaltando a experiência dos mestres construtores para o delineamento das cidades.

Esses novos parâmetros de abordagem, originados, ademais, da “falha” metodológica apontada por Paulo Santos ao sugerir um estudo “tridimensional” dos aglomerados urbanos, tem seu primeiro expoente na obra de Nestor Goulart Reis Filho. Em *A urbanização e o urbanismo na região das Minas*, o autor inova ao sugerir que as noções de regularidade poderiam

¹ A metáfora apresenta os espanhóis e seu processo de urbanização na América como o trabalho de um ladrilhador, caracterizado pelos seus planos pré-definidos, enquanto os portugueses são mostrados como semeadores, pois suas cidades não apresentariam “nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’”. (HOLANDA, 2005. p.110).

estar ligadas a uma série de eventos de repetição, que designariam uma espécie de “disciplina urbana”. A análise da repetição dos eventos conferiu a análise de Reis Filho uma “regularidade científica”; uma regularidade efetivada, ainda que eventualmente não cumprida, como ele mesmo adverte, através das atividades das câmaras, vereadores, arruadores, na tentativa de disciplinar espaços, edifícios públicos e privados e criar “padrões” e “cenários” urbanos (REIS FILHO, 1999). Se a “regularidade geométrica” tem sido tradicionalmente aferida pela repetição e pela constância de dimensões e medidas, a “regularidade científica” de Nestor Goulart é observada na repetição e na constância de eventos e “padrões” urbanísticos” (BASTOS, 2007), e na observância do espaço enquanto relação.

Assim, o debate historiográfico sobre a cidade colonial pretende enfatizar uma visão sobre o espaço que abandone vertiginosas buscas por regularidade geométrica. Ancorado sobre as ações dos agentes, o que se propõe é entender o espaço como “lugar praticado”². Tendo em vista a especificidade da sociedade mineira do século XVIII e o maior controle exercido pela Coroa lusitana sobre as Minas Gerais, é objetivo compreender de que forma essa proximidade do controle reflete nas ações práticas sobre o espaço.

Atualmente, alguns autores têm se dedicado a estudar a ação dos sujeitos na constituição das morfologias urbanas brasileiras. No que diz respeito às vilas e cidades do período colonial, as análises mais recentes procuram se afastar de perspectivas que priorizam os aspectos formais e concepções de regularidade geométrica. Tais trabalhos procuram evitar análises sobre a morfologia dos espaços urbanos, buscando focalizar as

² Segundo definição de Michel de Certeau, o espaço “é um cruzamento de móveis. O efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço é o lugar praticado” (CERTEAU, 1994, p. 202).

VELOSO, Tércio. Cidade colonial, historiografia e representação: nota de um estudo sobre a formação urbana de Mariana, Minas Gerais (século XVIII). *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 9, n. 17, p. 145-165, jan./jun. 2015.

ISSN 2237-9126

ações das câmaras municipais, de modo a aventar alguns princípios norteadores dessas práticas sobre o espaço³.

Para esses autores, os trabalhos que se filiam à morfologia, muitas vezes, não consideram as próprias noções de regularidade que norteavam os agentes coloniais. Conforme será exposto, essas noções de *ordem* podem estar além da imposição de traçados geometricamente perfeitos, sendo expressas em modos de agir recorrentes sobre o espaço. Ações sobre o espaço que se entrelaçam com o progressivo estabelecimento da sociedade e a iminente necessidade de controlar e impor o fisco sobre a população, sobretudo, no contexto mineiro do século XVIII.

Em artigo sobre a formação de Ouro Preto intitulado *A lógica territorial na gênese e formação das cidades brasileiras*, Maria Rosália Guerreiro (2000) também dá elementos para elucidar as questões envolvendo os imperativos da circulação e as regularidades na estrutura urbana. Segundo a autora, os estudos concentrados na forma geométrica das cidades são partidários de um determinismo já há muito questionado⁴. Assim, o processo de formação das estruturas urbanas deve ser entendido nessa relação com a circulação. A adequação frente às imposições do território seria limitada também pelos problemas da circulação.

Os caminhos tiveram grande importância sobre a fixação das populações nos primeiros arraiais (D'ASSUMPÇÃO, 1989). Essa característica deu aos primeiros arraiais mineiros um traçado longitudinal, que se estendia

³ A esse respeito ver: Nestor Goulart Reis Filho (1999); Cláudia Damasceno Fonseca (1995); Rodrigo de Almeida Bastos (2003); Maria Aparecida de Menezes Borrego (2004); Fabiano Gomes da Silva (2007); Diogo Borsoi (2008); e Denise Tedeschi (2011).

⁴ Segundo Pierre Lavedan e Spiro Kostof, existiriam dois tipos de estruturas urbanas. As estruturas "planejadas", desenhadas e impostas de uma só vez, muitas vezes obedecendo a contornos geométricos precisos, são o primeiro. As estruturas a que chamam "orgânicas", "espontâneas" são aquelas resultantes de intervenções sucessivas ao longo do tempo. No mais das vezes obedecendo as condições impostas pelo terreno, as intervenções vão sendo feitas progressivamente, sujeitas as imposições da natureza. Contudo, Maria Rosália Guerreiro (2000) alerta que não é possível conceituar uma estrutura urbana como totalmente "planejada" ou totalmente "orgânica". Assim somente é possível designar a predominância de um ou outro aspecto.

VELOSO, Tércio. Cidade colonial, historiografia e representação: nota de um estudo sobre a formação urbana de Mariana, Minas Gerais (século XVIII). *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 9, n. 17, p. 145-165, jan./jun. 2015.

ISSN 2237-9126

ao longo dos caminhos, como observamos para Mariana/Vila do Carmo, que teve seus dois primeiros povoados em *Mata-Cavalos* e no *Arraial de Baixo*, onde o lugar mais povoado era a *Rua dos Piolhos*, que, assim como, a *Rua Direita*, em *Mata-Cavalos*, se estendia ao longo do curso do Ribeirão do Carmo⁵.

Neste sentido, há uma relação fundamental entre os caminhos e o estabelecimento humano, colocando a formação destes como o ponto inicial de qualquer estrutura urbana. O que se processa posteriormente está diretamente atrelado a estruturação desses caminhos, privilegiando as imposições da circulação⁶.

Segundo a autora, para o caso específico de Minas Gerais e seu acidentado relevo, essas imposições são ainda mais visíveis. As montanhas e os cursos hidrográficos acabaram sendo determinantes para o estabelecimento dos caminhos e dos povoados. Os percursos, costurados no meio das montanhas e ao longo dos vales, acabaram sendo determinantes para a consolidação das estruturas urbanas.

Desse modo, a ideia de que a gênese dos aglomerados urbanos no Brasil colonial, especialmente em Minas Gerais, seguiu desígnios específicos de adequação conforme a estrutura física que o abarcaria aparece cada vez mais presente nos estudos sobre a cidade colonial. Nessa valoração da adequação, o estudo das ações pontuais das câmaras municipais é de grande valor para se entender as formas de desenvolvimento das povoações, de acordo com os seus contextos específicos.

Muito embora estudos destaquem as características “irregulares” ou “informais” das vilas e cidades coloniais, sobretudo, pelo irregular desenho de suas plantas, é possível perceber a manifestação de procedimentos que

⁵ A esse respeito ver os mapas sínteses apresentado por Claudia Damasceno Fonseca (1998).

⁶ “O nosso mundo está cheio não só de casas, aldeias e cidades, mas, sobretudo, e em primeiro lugar, pelo menos no sentido estritamente cronológico, de trajetos e áreas de produção”. (CANIGGIA *apud* GUERREIRO, 2000, p.3).

obedeciam a uma lógica imposta pelo relevo e pela necessidade de circulação. “Mesmo não sendo ortogonais, eles têm uma geometria própria, que resulta das condições do sítio e têm uma estrutura organizada, tal como a própria palavra ‘orgânico’ indica” (GUERREIRO, 2000, p.13).

Aqui podemos apontar novos parâmetros de abordagem para o espaço urbano, a partir da sugestão de Paulo Santos de estudar os aglomerados em suas práticas específicas e corriqueiras. Propondo um estudo “tridimensional”, o autor defende a necessidade de superar as análises morfológicas e adentrar nas ações dos agentes sobre o espaço urbano.

O foco sobre o constante labor dos oficiais das câmaras municipais também está nos trabalhos de Claudia Damasceno Fonseca (1995), principalmente *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*. Na obra, a autora alerta para o fato de que Mariana e outras povoações mineiras sofreram algumas “interferências pontuais”, promovidas pelos agentes do governo. Claudia Damasceno Fonseca considera ainda que existia um *modus operandis* da administração portuguesa com relação aos seus povoados, mostrando a existência de formas de condicionamento da população.

Segundo a autora, as autoridades portuguesas se preocupavam com a uniformidade das construções urbanas. As ações sobre o espaço urbano de modo a melhor estruturá-lo foram uma constante, muito embora tenha se mostrado difícil para região das Minas, devido a rápida e improvisada ocupação e a topografia acentuada do terreno.

Através das atividades das câmaras, em seus vereadores, arruadores, almotacéis e outros oficiais, seria possível perceber a ação *ordenadora* sobre a estrutura urbana, na tentativa de disciplinar espaços⁷. A repetição de

⁷ “Se a “regularidade geométrica” tem sido tradicionalmente aferida pela repetição e pela constância de dimensões e medidas, a “regularidade científica” proposta por Nestor

eventos de controle sobre o espaço é o que deveria ser focalizado. Ainda que essas disciplinas não fossem efetivamente cumpridas pela população, seria notável perceber o esforço recorrente para ordenar o espaço.

Com isto, se quer mostrar que o desenvolvimento de uma malha urbana aparentemente irregular poderia estar condicionado às imposições que não permitiam a exata adequação geométrica. As imposições de relevo e da circulação foram imprescindíveis para a estruturação da malha urbana no acidentado terreno de Minas Gerais, especialmente de sua região central. Dessa forma, os aglomerados urbanos formados na região de Ouro Preto tiveram em sua forma os reflexos da necessidade de circulação, sendo, então, essa estrutura urbana formada pelos desígnios impostos pela acessibilidade dos meios de transporte⁸.

Assim, a problemática que se aponta diz respeito a um processo de urbanização não tão aleatório. Um processo que fazia parte de um projeto lusitano de controle sobre as terras da colônia. A partir disso, infere-se, também, que princípios de “regularidade” podem ser outros, para além dos visuais e geométricos. Como apontou Nestor Goulart Reis Filho, nota-se a existência de uma estrutura de disciplinas urbanas voltada para a ordenação do espaço, que acompanhava a instalação da estrutura administrativa.

Das obrigações dessa estrutura administrativa constava “não apenas administrar a construção da vila e demais arraiais e lugares de seu termo, como também “corrigir”, “reedificar”, “reformatar” e “alinhar” como fosse

Goulart é observada na repetição e na constância de eventos e “padrões” urbanísticos”. (BASTOS, 2007, p.38).

⁸ “Tal como a cidade actual se desenvolve em ordem ao automóvel; acessos mais rápidos, curtos e directos, também a cidade tradicional se estruturou baseada na *acessibilidade dos meios de transporte*, cujos principais obstáculos eram o relevo, os rios, etc. Daí que o caminhar ao longo do obstáculo, ou a tentativa de vencê-lo com o menor esforço fosse a prática comum, o que deu origem a uma rede de percursos intimamente relacionada com o território; caminhos ao longo dos rios, ao longo das cumeadas ou a meia encosta.” (GUERREIRO, 2000, p.13).

VELOSO, Tércio. Cidade colonial, historiografia e representação: nota de um estudo sobre a formação urbana de Mariana, Minas Gerais (século XVIII). *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 9, n. 17, p. 145-165, jan./jun. 2015.

ISSN 2237-9126

possível sobre as primeiras ocupações estabelecidas geralmente pelos primeiros moradores". (BASTOS, 2003, p.63)

O caso de Vila do Carmo/Mariana: entre "o ideal e o possível" e considerações sobre o urbanismo⁹ colonial português

O caso da cidade de Mariana, anterior Vila do Carmo, aparece para a pesquisa desse tema como um caso paradigmático. A formação e ampliação do arraial, da vila e da cidade às margens do Ribeirão do Carmo, são capazes de oferecer diversos elementos para que se compreenda de forma mais detalhada a formação das cidades coloniais lusitanas e, sobretudo, alguns aspectos mais gerais sobre o pensamento urbanístico daquela época, discutidos pela historiografia.

Durante seu desenvolvimento, entre a formação do arraial minerador e a outorga do título de cidade, na primeira metade do século XVIII, a povoação sofreu diversas transformações em seu traçado urbano, ocasionadas, sobretudo por contingências pontuais, que afetariam seriamente a povoação, especialmente entre as décadas de 1730 e 1750. A principal dessas contingências foi, sem dúvida, o assoreamento do leito do Ribeirão do Carmo e a conseqüente inundação das ruas que margeavam seu leito; ruas essas que formavam o primeiro eixo de desenvolvimento da cidade.

Entre as opções que se colocavam para os oficiais da Câmara da povoação, estavam: realizar obras, como cercamentos e aterramentos do Ribeirão no intuito de tornar suas águas mais calmas ao se aproximarem da

⁹ A expressão "urbanismo", que usamos aqui juntamente com outros autores, corresponde muito mais a uma expressão usada contemporaneamente para o estudo das cidades do que uma expressão "de época" sobre a cidade colonial. Pode-se dizer que é um reflexo das primeiras contribuições ao estudo das cidades coloniais que partiram de arquitetos e urbanistas no século XX. A ideia contemporânea de "urbanismo" influenciou o estudo sobre as cidades coloniais. Todavia, trata-se de uma ideia organizativa, concebida *a posteriori* e aplicada ao estudo da cidade colonial, do que uma noção que estava presente quando se pensava a cidade no próprio século XVIII. Manteremos a expressão para também manter a organicidade da análise.

cidade, entretanto não havia qualquer certeza se essas obras seriam suficientes; ou pensar na ocupação de terrenos mais seguros às fúrias das águas. A escolha feita foi a segunda opção: ocupar terras mais altas, mais afastadas do Ribeirão do Carmo era tanto mais seguro como menos oneroso, e essa foi a decisão tomada pelos camaristas (VELOSO, 2013).

O pedaço de terra visado correspondia ao terreno que era utilizado como pastos pelo Quartel dos Dragões, nos contrafortes da Igreja da Conceição, futura Catedral Sé do bispado. Erguido na década de 1720, os quartéis encontravam-se inabitados e os pastos sem uso, uma vez que a tropa havia sido transferida para Vila Rica, sede da Capitania. A Câmara de Mariana, então, solicitava junto ao rei poder ocupar os ditos pastos, que haviam sido cedidos pela própria Câmara para a utilização da tropa dos dragões.

Estas terras se tornaram a razão de extenso litígio que opôs a Câmara de Mariana e a Provedoria da Real Fazenda. O tema principal era exatamente a ocupação das terras e dos direitos sobre os aforamentos. Essas disputas burocráticas mostram como a ocupação de um espaço não pode ser interpretado simplesmente como uma imposição, sendo preciso levar em consideração o jogo de forças, de imposição e sujeição, que se desenha juntamente com o traçado das ruas e a demarcação dos terrenos.

E, além disso, nos legaram duas importantes fontes iconográficas para o estudo tanto do caso específico da cidade de Mariana como também das formas e práticas do urbanismo português aplicado nas Minas Gerais. É importante apontar que durante muito tempo, a cidade de Mariana, em comparação com suas congêneres mineiras do século XVIII, foi vista como uma exceção, em decorrência de seu traçado ortogonal, quando comparado com outras cidades, como Ouro Preto, por exemplo. Inclusive, há uma ideia comumente lançada sobre um suposto plano organizado pelo

VELOSO, Tércio. Cidade colonial, historiografia e representação: nota de um estudo sobre a formação urbana de Mariana, Minas Gerais (século XVIII). *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 9, n. 17, p. 145-165, jan./jun. 2015.

ISSN 2237-9126

engenheiro militar português José Fernandes Alpoim¹⁰, responsável também por obras no Rio de Janeiro e no conjunto arquitetônico da atual Praça Tiradentes em Ouro Preto. Esse suposto plano do engenheiro português deu aval para se afirmasse que Mariana tinha contornos de uma cidade “planejada” na América portuguesa.

As duas fontes que citamos nos permitiram observar os meandros desse suposto planejamento da cidade escolhida para ser sede do bispado em terras mineiras. E sobre essas duas fontes iconográficas que discorreremos a seguir.

As fontes iconográficas que representam a Vila do Carmo/Mariana do século XVIII são dois desenhos que podemos caracterizar como “plantas”, muito embora tenham uma concepção um pouco diferente do que conhecemos atualmente. Ambas, curiosamente sem autoria ou data precisas, certamente tratam desse momento de mudança do eixo de ocupação da cidade. A primeira delas é o “Mapa da Cidade de Mariana” (fig.1), conservado na Mapoteca do Itamaraty. A outra é a “Plãta da cidade de Mariana” (fig.2), em guarda no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. Os dois documentos nos permitem nuançar a relação entre planejamento e realização, levando em consideração e ilustrando as muitas

¹⁰ Jose Fernandes Pinto Alpoim foi um oficial militar português que desembarcou em terras americanas em 1739, com a função principal de comandar o novo terço de artilharia a ser estabelecido na colônia, neste tempo ainda portador da patente de sargento-mor. Além de militar, era também engenheiro e arquiteto (importante frisar que não havia separação desses cargos, tal como ocorre contemporaneamente), cargo que, historicamente, o tornou mais conhecido. O sargento Alpoim assumiu também a missão de promover melhorias em algumas cidades da América Portuguesa, principalmente no Rio de Janeiro, onde trabalhou nas melhorias das defesas da cidade e em algumas obras como a fachada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte e a Casa dos Governadores – construções que tiveram comprovadamente o trabalho do português. Sua ligação com Minas Gerais é também relacionada à trabalhos de engenharia. Além de atuações no espaço urbano de Vila Rica (atual Ouro Preto), José Alpoim teria planejado o traçado urbano retilíneo de Vila do Carmo, que seria então elevada à condição de cidade, com nome de Mariana. Todavia, não é possível comprovar ainda hoje que o sargento tenha atuado pessoalmente e *in loco* no espaço urbano das cidades mineiras. Foi promovido à brigadeiro em 1760 e morreu em terras americanas em 1765 (BUENO, 2001; PIVA, 2007).

VELOSO, Tércio. Cidade colonial, historiografia e representação: nota de um estudo sobre a formação urbana de Mariana, Minas Gerais (século XVIII). *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 9, n. 17, p. 145-165, jan./jun. 2015.

ISSN 2237-9126

formas de adequação e organicidade das formações urbanas lusitanas na América.

As duas fontes iconográficas aqui expostas estão para além de representações da cidade de Mariana. Ainda que não seja possível cravar data e autoria de suas execuções, sabemos que esses documentos têm relação direta com as reformas que, ou estavam em curso na cidade ou ainda precisavam ser executadas, tudo para garantir a ocupação de um "sítio mais acomodado" pela população frente às "fúrias e excessos" do Ribeirão do Carmo¹¹. Ou seja, mais do que representações da cidade que acabara de se tornar sede do bispado de Minas Gerais, as referidas fontes nos mostram também algumas significações em torno do espaço urbano e também podem nos dar ideias sobre como os homens pensam a sua própria experiência no espaço.

Dessa forma, temos que pensar no que é possível inferir a partir dessas representações e do pensamento setecentista sobre a cidade. As duas

¹¹ Na década de 1740, quando o conselho do rei D. João V solicitou informações sobre a situação da cidade de Mariana, uma resposta conjunta em que se expressam o governador, o ouvidor e também os vereadores da Câmara de Mariana deixava claro os perigos que as enchentes do ribeirão representavam para a cidade e a necessidade de se ocupar terras mais seguras. Em seus termos, os vereadores informam que, tendo como opções as proximidades da Real Intendência, na rua lateral da Igreja Matriz, e os recém cedidos pastos do quartel, a primeira não era conveniente em decorrência dos perigos que impunham as cheias do ribeirão e dos demais córregos que cortavam a cidade. Por outro lado, "saindo mais acima ao alto donde chamam os quartéis e [assim] resolveram que no dito sítio era mais acomodado estabelecer se a dita praça, cadeia e mais edifícios públicos por haver capacidade no dito terreno demolindo-se huns quartéis velhos que nele se acham". O parecer do governador Gomes Freire é ainda mais esclarecedor sobre a razão da escolha daqueles sítios mais elevados para a demarcação da praça e construção dos necessários prédios públicos. Na opinião do governador, indo de acordo com os oficiais da Câmara, a região que outrora abrigava o quartel, "era o mais adequado e [congeniente] para a praça, cadeia e mais edifícios públicos dela, (...) não só pela capacidade do referido terreno, mas também por estar em sítio a que são inacessíveis os excessos e fúrias do córrego e rio no tempo das águas". IN: AHU Brasil/MG; Cx. 50 Doc: 61. Representação do governador, Gomes Freire de Andrade, do ouvidor-geral de Vila Rica, José Antonio de Oliveira Machado e da Câmara de Mariana, a D.João-V, dando conta da análise que haviam feito aos terrenos da cidade, para escolha do local para construção da praça, cadeia e outros edifícios públicos. Lisboa, 23/09/1747. CMD: 59637. Centro de Memória Digital. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Disponível em <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> acesso em 27/05/2015, às 11:00.

representações informam, antes de mais nada, projetos idealizados e que não foram realizados da forma como foram imaginados. Houve, sim, uma intervenção sobre a cidade: isso é um fato incontestável. Todavia, daí a dizer que Mariana seria uma “cidade planejada” vai uma distância bastante grande. Os planos pensados previamente não foram aplicados tal como constam nas fontes iconográficas supracitadas, mas, sim, pode-se dizer que serviram de base para orientar as ações pontuais e corriqueiras a serem executadas pela Câmara. É nesse sentido que seria mais correto dizer que o plano urbano setecentista de Mariana foi executado entre o ideal e o possível, observando contingências e abrindo espaços para que os habitantes da cidade pudessem negociar com a Câmara sobre as ações a serem tomadas no espaço urbano.

Não é possível dizer muitas coisas sobre a fatura das duas fontes, já que não trazem nem data e nem autoria. Entretanto, o fato de estarem hoje conservadas, uma na Mapoteca do Itamaraty e outra no Arquivo Histórico do Exército, e não em arquivos da cidade ou mesmo do Estado de MG, como o Arquivo Público Mineiro, por exemplo, podem ser indicativos (nada mais do que isso, se quisermos fazer afirmações embasadas) de que esses documentos foram produzidos para que fosse possível visualizar as ações que poderiam ser tomadas, uma espécie de recurso imagético para a época. Também é possível que essas plantas tenham sido produzidas longe de Mariana, a partir de informações textuais que tratassem das enchentes e das novas terras a serem ocupadas a partir dos fundos da Igreja Matriz, então escolhida para ser a Catedral, tendo assim as informações necessárias sobre a situação da cidade e, a partir daí, sendo montado um plano idealizado para a sua expansão. Essa distância “física” entre a cidade e os documentos pode ter, possivelmente, essa causa. Mas, essa hipótese carece de embasamento e de informações mais concretas para ser confirmada.

Sobremaneira, mesmo que no campo das especulações, as diferenças entre as plantas e o traçado que se efetivou na cidade podem nos informar, sobretudo, sobre o modo português de pensar a cidade que se formava nos espaços coloniais. Se perseguimos as percepções historiográficas, veremos também que as fontes aqui relacionadas podem nos ajudar a afastar algumas afirmações (ou ao menos relativizá-las), como, por exemplo, o característico “desleixo” das cidades de que fala Sergio Buarque de Holanda e que foi durante algum tempo bastante repetido, acriticamente, pela historiografia. Por outro lado, o fato de esses documentos existirem indicam que havia um esforço mental para as cidades coloniais.

O ponto é que a noção de planejamento e a noção de ordenamento urbano, são bastante diferentes entre os séculos XVIII e XX. Ainda que isso pareça por demais óbvio, a historiografia urbana brasileira demorou algum tempo para consolidar essa percepção. Preocupados em averiguar retidão das ruas, ângulos retos perfeitos nos quarteirões, os arquitetos-historiadores – uma espécie de 1ª geração dos estudiosos que se preocuparam com a cidade colonial, quase todos arquitetos de formação preocupados com as cidades históricas – que escreviam sobre as cidades coloniais brasileiras se apressaram em afirmar que essas cidades eram irregulares, embasadas pela construção buarqueana da cidade como um produto natural, e não-mental, do colono português; oposto ao espanhol, que se preocupava em aplicar planos pré-concebidos à suas cidades coloniais. Isso acabou por colocar a cidade episcopal mineira como “exceção” frente a suas congêneres fundadas no século XVIII.

Entretanto, uma investigação mais acurada nos remete à aspectos de regularidade e ordenamento urbano que são diversos do que concebemos atualmente. A cidade portuguesa na América é maleável às contingências e a atuação reguladora sobre o seu espaço, ainda que planos prévios sejam concebidos. Ela obedece a uma lógica de observação da situação e age a

VELOSO, Tércio. Cidade colonial, historiografia e representação: nota de um estudo sobre a formação urbana de Mariana, Minas Gerais (século XVIII). *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 9, n. 17, p. 145-165, jan./jun. 2015.

ISSN 2237-9126

partir dessa observação. Se não é planejada ou um produto mental, certamente tem em sua organicidade uma de suas características mais fundamentais.

Como bem apontou Claudia Damasceno Fonseca, o primeiro dos dois documentos é de um valor único para a compreensão do urbanismo lusitano, ainda que esteja somente debruçado sobre o caso de Mariana. Na representação, fica nítida a separação entre a realidade e planejamento, entre o ideal e possível.

Figura 1



Autoria e data desconhecida. *Mapa da cidade Mariana*. Original da Mapoteca do Itamarati, Rio de Janeiro. ca. 1798-1801. Reproduzido em Reis Filho (2001, p. 217).

Na parte inferior da projeção é possível ver a representação da ferocidade e da destruição causada pelo Ribeirão do Carmo nas ruas da cidade que margeavam o seu leito. É possível ver como o Ribeirão invadia a rua, levando com sua correnteza os serviços minerais e as casas. Uma representação precisa das dificuldades que a povoação enfrentava.

Já no centro da imagem, é possível ver que o autor carrega a mão no traço, provavelmente no intuito de retratar a parte da cidade que já existia,

VELOSO, Tércio. Cidade colonial, historiografia e representação: nota de um estudo sobre a formação urbana de Mariana, Minas Gerais (século XVIII). *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 9, n. 17, p. 145-165, jan./jun. 2015.

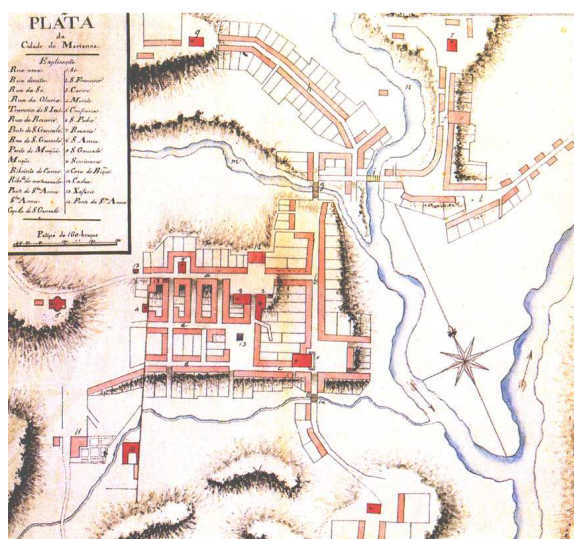
ISSN 2237-9126

colocando no centro, e mesmo com certa desproporcionalidade, o prédio da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, então sede do bispado.

Na parte superior da imagem, contudo, é possível notar os traços mais leves do desenhista. Além disso, chama a atenção a semelhança e o traço ortogonal e retilíneo das ruas e quarteirões. Pode-se imaginar que representava uma parte que ainda não existia da cidade, ou, se existia ainda era parcamente ocupada. Ou seja, o que se vê aqui é uma representação do ideal, uma perspectiva do que deveria ser ou do que se planejava fazer, mas que não levava em consideração à efetividade da ocupação.

Isso fica ainda mais claro quando nos atemos à “Plãta da Cidade de Mariana”. Produzida certamente na segunda metade do século XVIII – o que se pode afirmar pela proximidade das formas de desenho com as plantas produzidas para reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755 –, essa planta é um tanto quanto exagerada em sua retidão e traço ortogonal.

Figura 2



Autoria e data desconhecidas. *Plãta da Cidade de Mariana*. Original do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Reproduzido em Reis Filho (2001, p. 217).

Nessa projeção, chama a atenção, como também colocou Claudia Damasceno Fonseca, a “cientificidade” do desenho. Ao contrário do “Mapa”, aqui não há qualquer preocupação com as características arquitetônicas dos prédios, que são representados através de retângulos, dando destaque em vermelho mais escuro para os edifícios eclesiásticos e em vermelho mais claro, provavelmente uma linha quase imaginária que deveria tangenciar os prédios às ruas (FONSECA, 1999, p.44-48).

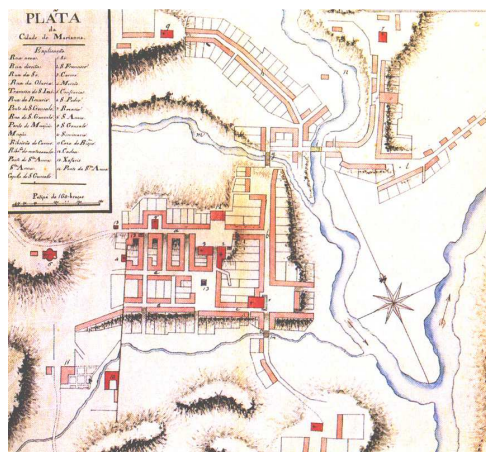
Além disso, a divisão quase simétrica dos terrenos mostra que essa planta foi produzida levando em consideração somente o que seria ideal na construção da cidade. Situa-se, como bem colocou Claudia Damasceno, em uma espécie de “cartografia ideal” da cidade de Mariana.

Essa projeção idealizada da cidade fica ainda mais evidente quando fazemos uma comparação entre a “Plãta”, e uma planta atual da cidade (fig. 3). Os pontos destacados em vermelho mais escuro são os mesmos nas duas plantas, e são os edifícios religiosos mais importantes da cidade. As duas plantas também estão na mesma orientação cartográfica, tendo o norte no topo da imagem, de modo a facilitar a comparação. A “Plãta”, já trabalhada, mostra um traçado ideal da cidade, com ruas perfeitamente retas, quarteirões e lotes simétricos. Abaixo, uma planta atual da cidade mostra como o traçado da parte central da cidade realmente se efetivou, sendo possível perceber que as ruas não têm exatamente a retidão que aparece na planta do século XVIII. Na “Plãta” existe inclusive uma rua transversal a mais do que realmente se observa no traçado atual da cidade. O que nos aponta para uma ocupação que se efetivou entre “o ideal e o possível”, observando as contingências que se impunham frente à efetivação de um plano prévio.

VELOSO, Tércio. Cidade colonial, historiografia e representação: nota de um estudo sobre a formação urbana de Mariana, Minas Gerais (século XVIII). *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 9, n. 17, p. 145-165, jan./jun. 2015.

ISSN 2237-9126

Figura 3 – Comparativo entre a “Plãta da Cidade de Mariana” e a planta atual do “centro histórico” da cidade Mariana



Autoria e data desconhecidas. *Plãta da Cidade de Mariana*. Original do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Reproduzido em Reis Filho (2001, p. 217).



Planta atual do “centro histórico” de Mariana.

Apontamentos finais

Do exposto acima, pode-se relativizar a questão do planejamento da cidade de Mariana, mas, sobretudo, diz também muito sobre a prática urbanística e a ocupação do espaço nas cidades das Minas do século XVIII. Deve-se dar destaque principalmente para a questão que envolve a ocupação do terreno dos pastos e o suposto plano que teria sido feito para a cidade episcopal a cargo do Sargento Alpoim.

De fato, o terreno dos pastos fora escolhido pelos moradores, ou, mais precisamente, pelos oficiais da Câmara, observando situações específicas, entre elas a ocupação prévia, mas, principalmente, a “fúria” – como diziam os documentos da época – do Ribeirão, que impunha à povoação, em momento anterior à elevação ao *status* de cidade e, conseqüentemente, ao plano atribuído ao Sargento Alpoim.

Ou seja, mesmo a suposta “planta” feita por Alpoim, a que muitos historiadores atribuíram uma espécie de projeto prévio para a instalação da cidade episcopal, já teria que levar em consideração as iniciativas tomadas pelos moradores, adequando-se às condições pré-existentes. Aliar o pensamento urbanístico português a uma cultura, sobretudo, maneirista, é chave para melhor compreender a ação do engenheiro lusitano em Mariana.¹²

Então, por mais que seja consenso da historiografia a participação do engenheiro Alpoim em uma série de obras, tanto no Rio de Janeiro quanto

¹² “Nesta fase final do período renascentista, denominada Maneirista, as adaptações às condições locais e às estruturas pré-existentes são uma constante nas intervenções urbanas, mostrando um desejo de transformar o espaço exterior em algo expressivo e dinâmico, com a integração de elementos isolados em um sistema coerente. (...) No Maneirismo, a concepção de espaço era, portanto, modificada em relação ao ideal renascentista, tão difícil de ser concretizado; permanecia a ideia geral de uma continuidade espacial, mas o que era uma adição estática de unidades perfeitas, relativamente independentes, se transforma em uma relação dinâmica de elementos contrastantes”. (SCHULZ *apud*: FONSECA, 1996, p.98-99).

em Vila Rica, o fato é que não há um documento que comprove o envolvimento do engenheiro português nas modificações feitas no cenário urbano de Mariana. Também não é possível dizer se um dos dois registros iconográficos existentes, e provavelmente contemporâneos às reformas da cidade – o “Mapa” e a “Plãnta” -, já que nenhum dos dois possui assinatura ou mesmo datação que permita uma conclusão mais pertinente.¹³

Assim, é possível admitir, mediante a observação dos documentos já citados e do próprio espaço urbano atual da cidade, que pode ter cabido ao Sargento Alpoim, não aplicar um plano definido *a priori*, mas, sim, conferir o delineamento das ruas que se abriam no terreno dos pastos. Observando as adequações necessárias à situação pré-existentes, o engenheiro português teria dedicado especial atenção às ruas transversais, ligando as três ruas paralelas da Olaria, das Cortes e a Nova. Dessa forma, o plano supostamente dirigido por Alpoim teria se situado entre o ideal e o possível, configurando, assim, o traçado retangular, com quarteirões quase simétricos observáveis no espaço urbano de Mariana (fig.3) (FONSECA, 1999, p.44-48).

Dessa forma, embora Mariana tenha sido a única localidade nas Minas do século XVIII a receber o título de cidade, isso não faz de seu desenho arquitetônico ou da retidão de suas ruas uma “exceção” frente ao “desleixo” das demais povoações, conforme se pontuou durante algum tempo. É, antes disso, o exemplo de uma forma de urbanismo, uma forma de organização do espaço urbano, por assim dizer, que se ocupa mais em observar as contingências específicas a cada localidade, debater as possíveis ações, escolher a mais útil e menos onerosa, levando sempre em consideração o bem público. Em maior ou menor grau, todas as povoações que se ergueram com a colonização da América se organizaram a partir

¹³ Claudia Damasceno Fonseca alerta para a inexistência das fontes primárias que liguem Alpoim às interferências no espaço urbano de Mariana. Uma possibilidade aventada pela historiadora é que, assim como a planta enviada por Gomes Freire em 1745 e a que se refere às ordens régias em 1746, o plano do engenheiro português teria sido destruído em Lisboa durante o terremoto de 1755 (FONSECA, 1999, p.44-48).

VELOSO, Tércio. Cidade colonial, historiografia e representação: nota de um estudo sobre a formação urbana de Mariana, Minas Gerais (século XVIII). *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 9, n. 17, p. 145-165, jan./jun. 2015.

ISSN 2237-9126

dessa interferência intermitente de seu respectivo conselho administrativa para garantir alguma ordem sobre o seu espaço urbano.

Referências

BASTOS, Rodrigo de Almeida. *A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e Práticas: o processo de constituição Urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2004.

BORSOI, Diogo. *Por dentro de mapas e planos: práticas cotidianas e dinâmica urbana em Mariana-MG (1740-1800)*. 2008. Monografia (Bacharelado) – DEHIS/UFOP.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001

_____. Regularidade e ordem nas povoações mineiras no século XVIII. *Revista do IEB*, n. 44, p. 27-54, fev. 2007.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

D´ASSUMPÇÃO, L. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas. *Revista do departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, n. 9, p. 130-140, 1989.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Trad. Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: ALVA-CIORD, 1997.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências (IGC), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VELOSO, Tércio. Cidade colonial, historiografia e representação: nota de um estudo sobre a formação urbana de Mariana, Minas Gerais (século XVIII). *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 9, n. 17, p. 145-165, jan./jun. 2015.

ISSN 2237-9126

_____. O espaço urbano de Mariana. In: LISLY, Andrea; POLITO, R. *Termo de Mariana. História e Documentação*. Vol. I. Ouro Preto: Editora da Universidade Federal de Ouro Preto, 1998.

GUERREIRO, Maria Rosália. A lógica territorial na gênese e formação das cidades Brasileiras: O caso de Ouro Preto. Comunicação apresentada no colóquio *A construção do Brasil Urbano*, Convento de Arrábida – Lisboa, 2000.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PIVA, Teresa Cristina de Carvalho. *O Brigadeiro Alpoim: um Politécnico no Cenário Luso-Brasileiro do Século XVIII*. 2007. Tese (Doutorado em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *A urbanização e o urbanismo na região das Minas*. São Paulo: FAU/USP, 1999;

_____. *Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. FAFICH/UFMG, 2007.

TEDESCHI, Denise. *Águas urbanas: formas de apropriação das águas em Mariana (1745-1798)*. 2001. Dissertação (Mestrado), 2011.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura, arte e cidade: textos reunidos*. BH: Ed. BDMG Cultural, 2004.

VELOSO, Tércio. *A dimensão dos lugares: fluidez, dinâmica social e ocupação do espaço urbano em Mariana nos Livros do Tombo de 1752*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.